



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 115/2013

Dispõe sobre a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Art. 1º Fica autorizada a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Jaguariaíva.

Art. 2º A recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica – CGH está sujeita ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2013.

Presidente *Piston*

Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



PROJETO DE LEI Nº 47/2013

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 MAR. 2013


1º Secretário

Institui o Dia da valorização da
pessoas com Síndrome de Down, a
ser comemorado anualmente em 21
de março.

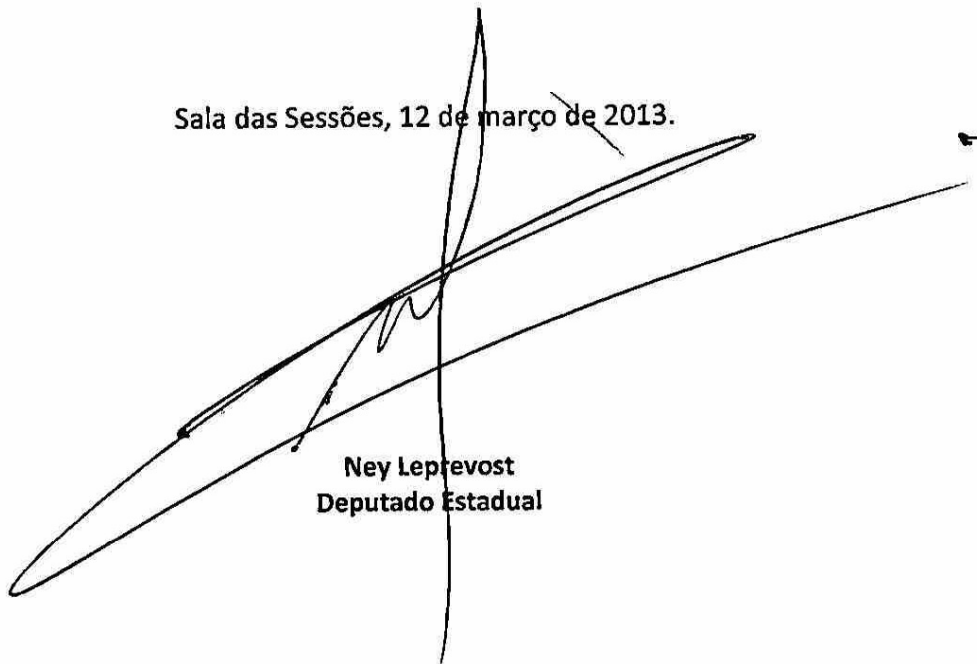
Art. 1º - Fica instituído o Dia da valorização das pessoas com Síndrome de Down, a ser comemorado anualmente em 21 de março.

Art. 2º - Ficará o poder público encarregado de dar ampla divulgação sobre o tema na semana que antecede esta data.

Art. 3º - A data instituída no artigo 1º passa a integrar o Calendário de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2013.


Ney Leprevost
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Nos 21 países membros da ONU, comemora-se em 21 de março o Dia Internacional da Síndrome de Down, com o objetivo de valorizar as pessoas com esta síndrome e conscientizar a população sobre a importância da promoção dos direitos das pessoas portadoras da Síndrome de Down de desfrutar uma vida plena e digna, alcançando cada vez mais a participação efetiva na sociedade em que vive.

A data escolhida, de 21 de março, faz referência aos três cromossomos 21, que caracteriza geneticamente os portadores da Trissomia do 21, conhecida como Síndrome de Down.

Pelo acima exposto, solicito o apoio dos nobres pares.



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o projeto de Lei nº 77/2013, de autoria do Deputado Estadual Ney Leprevost, que *INSTITUI O DIA DA VALORIZAÇÃO DAS PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN, A SER COMEMORADO ANUALMENTE EM 21 DE MARÇO.*

I RELATÓRIO

O projeto de Lei (PL) nº 77/2013, de autoria do Deputado NEY LEPREVOST objetiva instituir o dia da valorização das pessoas com síndrome de Down, a ser comemorado anualmente em 21 de março.

Em sua justificativa, o Parlamentar argumenta que nos 21 (vinte e um) países membros da ONU, comemora-se em 21 de março o Dia Internacional da Síndrome de Down, com o objetivo de valorizar as pessoas com esta síndrome e conscientizar a população sobre a importância da promoção dos direitos da pessoa portadoras da Síndrome de Down de desfrutar uma vida plena e digna, alcançando cada vez mais a participação efetiva na sociedade em que vive.

Ainda, argumenta que a data eleita faz referência aos três cromossomos 21, que caracteriza geneticamente os portadores da Trissomia do 21, conhecida como Síndrome de Down.



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Uma vez protocolado o PL foi encaminhado a esta Comissão, nos termos regimentais, bem como eleito o ora Parlamentar que subscreve para relatá-lo.

É O RELATÓRIO.

II- ANÁLISE E VOTO

Conforme venho reiteradamente afirmando nos pareceres por mim exarados nesta Comissão de Constituição e Justiça¹, ao interpretar a sua competência regimental², o controle de Constitucionalidade preventivo por ela realizado não fica restrito somente em seus aspectos formais³, mas também materiais⁴

¹ A Comissão de Constituição e Justiça cumpre o papel de realizar o controle de constitucionalidade preventivo, próprio do nosso sistema, cuja importância remonta aos princípios basilares do Estado de Direito, pois é através dele que se evitam as arbitrariedades contra os cidadãos e se colocam limites ao poder estatal. Acerca do controle constitucional preventivo realizado pelo Poder Legislativo, V. Pedro LANZA, o qual menciona que: *'O Legislativo verificará, através de suas comissões de constituição e justiça, se o projeto de lei, que poderá virar lei, contém algum vício a ensejar a sua inconstitucionalidade'*. (LANZA, Pedro. DIREITO CONSTITUCIONAL, 16ª.Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo:Saraiva, 2012, p. 256)

² Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

³ A inconstitucionalidade em nível formal ocorrerá quando observar-se o oposto disto, podendo incluir não apenas vícios no procedimento em si, mas também vícios de competência, abrangendo normas criadas por pessoas sem legitimidade para legislar em função de óbice imposto pela Constituição Federal. Acerca do assunto V. Alexandrino, Marcelo. Paulo, Vicente. *Resumo de direito constitucional descomplicado*. 2. ed. São Paulo: Método, 2009. p. 300 e ainda, Cf. menciona Pedro LANZA, em relação a constitucionalidade/inconstitucionalidade formal: *'[...] a inconstitucionalidade formal propriamente dita decorre da inobservância do devido processo legislativo'*. (LANZA, Pedro. Op. cit. p. 252)

⁴ Em relação a constitucionalidade material V. LANZA, Pedro. Op. cit. p.254, o qual menciona que: *'[...] o vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário) diz respeito à 'matéria', ao conteúdo do ato normativo. Assim,*



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

a luz da Constituição Estadual, Constituição Federal e do ordenamento jurídico em um modo geral.

Esta análise se presta justamente para se evitar a introdução de Leis conflitantes em nosso ordenamento, evitando preventivamente qualquer conflito quer seja jurídico e/ou social e assim garantido a integridade do ordenamento jurídico.

Em relação a constitucionalidade formal, de início se verifica que o proponente detém legitimidade nos termos do artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, o qual menciona que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui legitimidade para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, não havendo qualquer óbice.⁵

Ainda, a Constituição Federal dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

aquele ato normativo que afronta qualquer preceito ou princípio da Lei Maior deverá ser declarado inconstitucional, por possuir um vício material.'

⁵ Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Com efeito mencionar que a competência não é exclusiva do Poder Executivo, aquelas elencadas no artigo 66⁶ da Constituição Estadual, não havendo óbice neste tocante.

Por fim, quanto à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, estando todos de acordo com as normas

⁶ Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

§ 1º. O Governador do Estado pode solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º. No caso do § 1º, se a Assembleia Legislativa não se manifestar em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3º. O prazo do parágrafo anterior não flui no período de recesso da Assembleia Legislativa, nem se aplica aos projetos de código, leis orgânicas e estatutos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete Deputado PEDRO LUPION

impostas pela Lei Complementar nº 95, de 26/2/98, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26/4/01.

É O VOTO.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, manifesto-me pela APROVAÇÃO, do Projeto de Lei nº 77/2013, de autoria do Deputado NEY LEPREVOST, considerando a CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REDAÇÃO JURÍDICA da proposição.


Sala das Comissões, 10 de Setembro de 2013.



Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator


APROVADO

10/09/13


Dep. Alexandre Luri


Dep. Pastor Edson



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 77/2013

O presente Projeto de Lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui o Dia da Valorização de Pessoas com Síndrome de Down, a ser comemorado anualmente em 21 de março.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública encontra méritos indiscutíveis no Projeto de Lei em tela, pois a proposta tem por objetivo de valorizar as pessoas com síndrome e conscientizar a população, sobre a importância da promoção dos direitos das pessoas portadores da Síndrome de Down, de desfrutar uma vida plena e digna, alcançando cada vez mais a participação efetiva na sociedade em que vive.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 2013.

DR. BATISTA
Presidente

Relator
Hovinho

Ney Leprevost

AD B. L. W.